

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
RELATO DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA TÉCNICA DE MUDANÇA DO CLIMA

Data: 11 de agosto de 2022.

Horário: 14h30.

Local: Reunião on-line.

Estiveram presentes à reunião os seguintes membros da CT

Secretaria do Meio Ambiente – SEMA

- MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA, PRESIDENTE

- ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO

Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI

- CLAUDIA ALESSANDRA GOMES

Secretaria de Transporte e Mobilidade – SEMOB

- BRUNO CORREA TERRA AMARAL

Federação das Indústrias do DF – FIBRA

- OLÍVIA CAROLINA RIBEIRO KROHN

Universidade de Brasília

- SAULO RODRIGUES PEREIRA FILHO

Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF – ADASA

- WENDELL VANDELEI LOPES

Federação da Agricultura e Pecuária do DF – FAPE

- GUILHERME AMÂNCIO LOULY CAMPOS

Pela Secretaria de Meio Ambiente participaram também: CAROLINA CARVALHO, ANDRÉ SOUZA, HUGO DO VALLE MENDES, JULIO CESAR BAENA, EDGAR FAGUNDES, MARICLEIDE MAIA SAID.

Participou ainda como observadora NATALIA CRISTINA CHAGAS MENDES TEIXEIRA, pela **Secretaria de Obras do DF**

1. Abertura da reunião.

A Presidente da Câmara Técnica de Mudança do Clima deu início à 15ª reunião ordinária, agradecendo a presença de todos e salientando a necessidade de serem relatados e apresentados os últimos resultados alcançados pela SEMA-DF, principalmente no que se refere ao Decreto nº 43.413, de 07 de junho de 2022, publicado na Semana do Meio Ambiente.

Adicionalmente, a Presidente indicou que a reunião possibilitaria receber manifestações ou dúvidas por parte dos membros da CT-Clima. Em seguida questionou se haveria algum comentário inicial antes de entrar na pauta da reunião.

O professor Saulo Rodrigues informou que recebeu ligação do G1 perguntando sobre o Projeto de Lei (PL) que reduziu cerca de 40% da área do Parque Nacional de Brasília.

A Presidente da CT informou que O PL não trata da área do Parque Nacional, mas sim da Floresta Nacional de Brasília, a qual foi criada com diversas inconsistências fundiárias associadas, sendo parte do território de domínio da União, e parte de domínio da Terracap. No intuito de corrigir o problema, foi criado Grupo de Trabalho no âmbito do Distrito Federal que propôs, concomitantemente, desafetação de áreas já adensadas e descaracterizadas quanto aos seus atributos ambientais e compensações com a incorporação de novas áreas à Unidade de Conservação. Entretanto, essa proposta foi modificada pela então Deputada Federal, Flávia Arruda. Dessa forma, o projeto que tramitou e foi aprovado diz respeito apenas à parte relacionada à desafetação da área, sem a devida compensação.

No intuito resolver o problema criado, o Secretário Sarney Filho iniciou articulações com representantes do Legislativo para emendar a proposta, criando o Parque Nacional da Contagem, com uma área adicional à atual Reserva Biológica da Contagem, como compensação à desafetação da Flona, e uma Floresta Distrital no território remanescente da FLONA (área 3).

O professor Saulo agradeceu pelos esclarecimentos prestados.

2. Apresentação

A Presidente da CT procedeu à leitura da pauta. Antes de iniciar a apresentação, informou que o Governador encaminhou à Câmara Legislativa minuta de Projeto de Lei que ratifica o protocolo de intenções, já firmado entre o Distrito Federal e os demais Estados da Federação, para a criação do Consórcio Interestadual BRASIL VERDE. Refletindo o compromisso do DF com o atingimento das metas assumidas nacionalmente, no âmbito do Acordo de Paris, o Consórcio BRASIL VERDE tem por objetivo propiciar parcerias e ganhos de escala tanto nas informações, aprendizados e boas práticas, quanto nas contratações de bens e serviços de ponta, sendo uma ferramenta única na produção de sinergias que ajudarão o DF a enfrentar os efeitos adversos da mudança do clima e as ações de adaptação àquelas mudanças que já estão em curso.

Finalizado o informe, a Presidente da CT-Clima iniciou a apresentação sobre o Decreto nº 43.413, de 07 de junho de 2022 o qual, entre outros aspectos, instituiu o Plano Carbono Neutro do Distrito Federal. O Plano sistematiza e formaliza a estratégia que a SEMA-DF vem desenvolvendo em matéria de enfrentamento da mudança do clima. Ou seja, inclui a Contribuição Distritalmente Determinada (CDD), os Planos Setoriais de Mitigação e o Plano de Ação para Redução das Vulnerabilidades frente aos Impactos Adversos da Mudança do Clima (Plano de Adaptação). Em seguida, a presidente da CT-Clima solicitou ao Sr. Hugo Mendes que continuasse a apresentação.

Hugo Mendes indicou que a CDD tem como meta reduzir as emissões de GEE em 20% até o ano de 2025, e em 37,4% até 2030, tomando-se como referência o ano de 2013, e que os esforços contínuos de implementação, revisão da meta e aumento de ambição devem levar a uma emissão líquida zero em 2050.

O representante da SEMOB questionou sobre a origem do aumento expressivo de emissões de gases de efeito estufa ocorrido em 2013.

Os representantes da SEMA informaram que tais emissões ocorreram no setor de Mudança de Uso do Solo e Florestas, e que maiores detalhamentos podem ser encontrados na página 150 do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

Ao continuar sua fala, informou que o Decreto nº 43.413 incumbiu a SEMA-DF na função de coordenar o processo de revisão e atualização: do Inventário de emissões de GEE, do Plano de Mitigação, do Plano de Adaptação, da CDD, e dos Planos Setoriais. Reforçou que não se trata de competência para elaborar os referidos documentos de forma individualizada, mas sim, promover a articulação e concertação entre as Secretarias e demais instituições do DF relevantes para o tema.

Em seguida, apresentou a maneira como a SEMA busca estruturar o Plano Carbono Neutro do Distrito Federal. Espera-se que o documento contenha: (i) uma introdução, com a contextualização do problema, as metas estabelecidas pelo GDF, os resultados do Inventário de Emissões e uma síntese das principais políticas e medidas em execução; (ii) a CDD vigente; (iii) os Plano de Ação Setoriais para Mitigação das Emissões; e (iv) o Plano de Ação para Adaptação.

Considerando que o Plano Agricultura de Baixo Carbono será considerado o Plano de Ação do setor agropecuário, para a estratégia de enfrentamento do DF, frente à Mudança do Clima, a Sra. Claudia questionou quanto à necessidade de aprovação do mesmo em duas instâncias diferentes, dentro da SEAGRI e dentro do CONAM/SEMA.

O Sr. Hugo respondeu que não necessariamente todo o conteúdo do Plano ABC+ será utilizado como Plano de Ação Setorial, e que, provavelmente, será feito um extrato das informações que são relevantes para o tema na perspectiva das políticas de mudança do clima. Com isso, é provável que os documentos aprovados sejam diferentes.

Sobre o Plano Setorial para a Agropecuária, a Sra. Claudia informou que o Ministério da Agricultura iniciou em maio a oficina com a região do Centro-Oeste, oportunidade em que foi disponibilizado modelo de elaboração do plano estadual. O Ministério continua com a perspectiva de que os Grupos Gestores Estaduais (GEEs) estejam mobilizados e com composição publicada até setembro.

O Sr. Hugo informou que o Termo de Referência está em fase final de ajustes e que será encaminhado em breve para o CGEE iniciar o processo seletivo.

Em seguida o Sr. Hugo apresentou como a SEMA está preparando a etapa de implementação da Estratégia de Enfrentamento para a Mudança do Clima no DF. Foram apresentadas as listas de ações e medidas sugeridas nos Planos de Mitigação e Adaptação. Cada uma das medidas apresentadas possui uma indicação de atores relevantes para iniciar a discussão sobre sua implementação.

A SEMA pretende ampliar o mapeamento de atores, categorizar as medidas de acordo com os respectivos Planos Setoriais e iniciar as tratativas necessárias com os órgãos envolvidos. Foi reforçado que tais medidas não têm qualquer caráter obrigatório e que necessitam serem articuladas e discutidas previamente.

Por fim, a Presidente da CT-Clima informou que a SEMA está contratando programa de capacitação em Mudança do Clima para dirigentes, servidores, representantes do setor privado e da sociedade civil.

4. Encaminhamentos

Em função dos tópicos discutidos foram apresentados os seguintes encaminhamentos:

- (i) Que cada componente da CT identifique a demanda por capacitação (número de pessoas), assim como tópicos de especial interesse, dentro do tema de mudança do clima. A resposta deve ser encaminhada para a CT-Clima até dia 19/08/22;
- (ii) Análise e complementação do mapeamento de atores envolvidos, tanto para as medidas de mitigação quanto para aquelas envolvidas no aumento da resiliência e diminuição da vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima. A resposta deve ser encaminhada para a CT-Clima até dia 19/08/22.

A previsão para a próxima reunião é para o dia 01/9/2022, às 14:30 e deverá ter como principal tema a estrutura dos planos setoriais.

Sem perguntas e manifestações dos presentes, a Presidente da Câmara Técnica agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA

Presidente da Câmara Técnica de Mudança do Clima